

O MUNDO DO TRABALHO EM PERSPECTIVA GERACIONAL: PADRÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS E JOVENS POBRES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

THE WORLD OF LABOUR IN A GERACIONAL PERSPECTIVE: SOCIAL PATTERNS OF POOR UNDERAGED CHILDREN AND YOUNGLINGS IN BRAZIL'S FIRST REPUBLIC

FELIPE FARRET BRUNHAUSER * 1

Resumo: Este artigo investiga a relação de crianças e jovens pobres com o mundo do trabalho e o cotidiano popular, no contexto urbano do sul do Brasil no período que compreende a Primeira República. Utilizando registros de baixa médica do Hospital de Caridade de Santa Maria – instituição voltada para o atendimento da população pobre da cidade –, buscamos verificar os padrões de estado civil, profissão, cor e diagnóstico das camadas empobrecidas urbanas, de acordo com as idades ou etapas da vida dos utentes. Assim, objetiva-se compreender em que medida considerar a idade como uma variável analítica na compreensão de suas relações e experiências pode trazer novas reflexões para o tema investigado. Utilizando mais de 800 registros, elaborados entre os anos de 1917 e 1921, de crianças e jovens pobres, demonstraremos que as transições da infância para a vida adulta, bem como a inserção e as diferentes formas de ingresso no mundo do trabalho, possuíam características e momentos específicos de acordo com a idade e gênero dos(as) populares.

Palavras-chave: infância; cotidiano popular; trabalho.

Abstract: This paper investigates the relationship that lies between poor children and younglings with the labour world and the popular everyday life in the urban context of southern Brazil during the period called First Republic. Utilizing the sick leave registries of the Hospital de Caridade de Santa Maria – an institution dedicated to the care of the city's poor population – we verify the standards in the marital status, profession, skin color and medical diagnosis of the poor urban population, according to their ages and stages of life. Thus, we seek to understand to what extent the use of the subject's ages has an analytical variable in the comprehension of their relationships and experiences, could be useful in bringing new understandings for this subject matter. Utilizing more than 800 records focused in poor children

* *Artigo recebido em 22 de setembro de 2019 e aprovado para publicação em 12 de fevereiro de 2020.*

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com bolsa Capes. E-mail: felipefarret.b@gmail.com.

and younglings that were produced between 1917 and 1921, we sought to demonstrate that the transition process from childhood to adulthood, as well as these children's insertion in the labour world, had specific characteristics and timings according to their ages and genders.

Keywords: infancy; popular everyday life; labour.

Nos últimos anos, a historiografia dedicada ao estudo de grupos populares, sobretudo para fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, avançou no entendimento das experiências de trabalhadores(as) por meio de diversas categorias de análise. Dentre esses trabalhos, sobressaem os estudos que visam demonstrar como as variáveis analíticas – de gênero, raça, nacionalidade, etnicidade etc – são fatores centrais para a observação das relações humanas. Este texto busca se inserir nesse debate, partindo de uma categoria de análise pouco explorada nesses estudos, uma vez que olharemos para o cotidiano popular partindo da idade dos agentes históricos como variável analítica central.

Como forma de ilustrar essa reflexão, trazemos, a seguir, as memórias de João Daudt Filho. Nascido em 1858, João viveu sua infância e juventude nas últimas décadas da escravidão. Depois de adulto, registrou suas memórias em um livro autobiográfico que foi publicado somente em 1936. O trecho que segue descreve um momento específico de sua infância em Santa Maria, cidade situada no centro do estado do Rio Grande do Sul e que faz parte do recorte espacial que utilizaremos nesta investigação. Filho de imigrantes alemães e escravocratas, João nos permite analisar as relações que ele desenvolveu, ainda na infância, com crianças escravizadas pela sua família:

Quando eu era menino, meus companheiros prediletos eram os ‘moleques’, subordinados a tudo quanto eu queria, inclusive servirem de cavalos de minha montaria e puxadores do meu tosco carroção de duas rodas. [...]. Aconteceu, porém, que chegava a época de meu pai ir a Porto Alegre surtir-se de mercadorias para seu negócio e quis levar-me de passeio. Os moleques também iriam para cuidar dos cavalos durante a viagem. Subi às nuvens de contentamento pela companhia dos moleques. Chegados a Porto Alegre, tive, porém, um grande desgosto. Os moleques e eu fomos enganados! Papai, não podendo ter em casa maior número de escravos, via-se obrigado a desfazer-se deles. Juntos, choramos muito quando nos despedimos².

As memórias de Daudt³ dizem muito mais do que pode parecer a partir de uma leitura superficial. Possivelmente, o autor estava unicamente preocupado em relatar as memórias de

² FILHO, João Daudt. **Memórias**. 1 ed. Santa Maria: UFSM, 2003, p. 45.

³ Em sua tese de doutorado intitulada “No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942)”, Ênio Grigio realizou uma análise minuciosa do livro de memórias de João Daudt Filho. Cf: GRIGIO, Ênio. **No alvoroço da**

momentos que julgava dignos de serem resguardados em um livro. Indiretamente, ao registrar um episódio de sua infância, sobre a relação com seu pai e os meninos escravizados (que não mereceram ser nomeados por Daudt), o autor nos fornece elementos para pensar o quão complexo podem ser os significados da infância. Além disso, ao retratar a relação entre crianças escravizadas e filhos(as) de seus senhores, o texto nos permite observar os papéis que diferentes grupos sociais desempenhavam na sociedade.

O tom da narrativa de Daudt é marcado pelo sentimento de tristeza pela perda “dos moleques”. No entanto, não há espaço em sua escrita para nomear os dois meninos e, ao mesmo tempo, preocupa-se em relatar que estes serviam, entre outras coisas, como “cavalos de sua montaria”. Até este ponto, é evidente que o papel social exercido pelas crianças escravizadas da família Daudt era distinto daquele desempenhado por um menino livre e filho de imigrantes alemães e comerciantes da cidade. Da mesma forma, pode-se supor que os períodos e transições das etapas da vida – entre infância, juventude e vida adulta – possuíam variações significativas entre diferentes realidades. Em meio às relações de poder e dominação que conseguimos extrair das memórias do autor, encontra-se um verdadeiro abismo entre as experiências dos meninos escravizados e de Daudt Filho, ainda que, aparentemente, possuíssem idades semelhantes. Ao tentar mapear essas representações, que se correlacionam a subjetividades e a aspectos socioculturais, esbarramos em uma série de obstáculos, sobretudo no que diz respeito à dificuldade de acesso a fontes que nos possibilitam tal análise.

No entanto, neste artigo buscaremos introduzir tal reflexão. Analisaremos o perfil social de menores populares em Santa Maria, no período que compreende o pós-Abolição e a Primeira República, com o intuito de contribuir para a discussão sobre as experiências e o cotidiano das crianças e dos jovens que compunham as camadas empobrecidas urbanas. Assim, foi realizada uma análise quantitativa dos registros de crianças e jovens enfermos(as) que passaram, entre os anos de 1917 e 1921, pelo Hospital de Caridade de Santa Maria⁴. Com essa documentação, elaboramos fichamentos que possibilitaram abastecer um banco de dados, no qual foram inseridos 818 pacientes pobres e juridicamente menores (entre 1 e 20 anos) que viviam na

festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). 2016. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016, capítulo 5.

⁴ A instituição foi criada em 1903, com o objetivo de dar assistência médica às camadas empobrecidas da região. Por esse motivo, os registros de baixa dessa instituição tornam-se uma fonte privilegiada para o estudo quantitativo de grupos populares.

cidade durante o período republicano. As informações recolhidas em cada um dos registros (nome, cor, idade, profissão, estado civil, diagnóstico, entre outras) serão a base de discussão nas páginas seguintes.

Em linhas gerais, o objetivo deste trabalho é refletir sobre o cotidiano popular e a experiência dos trabalhadores em um contexto de urbanização na Primeira República. Mapeando elementos que constituem o cotidiano das crianças e dos jovens pertencentes a esse grupo social, partimos do que chamamos de uma perspectiva “geracional”. Trata-se, em outras palavras, de uma aposta teórico-metodológica que visa analisar as experiências dos trabalhadores de acordo com o grupo etário do qual pertencem, e interrogar em que medida esse esforço analítico pode trazer novos questionamentos e reflexões ao tema.

Nesse sentido, vale ressaltar que a historiografia que trata do período republicano, inserida na História Social do Trabalho, ganha força a partir da década de 1980. Partindo de uma forte influência dos estudos de Edward Thompson e de uma aproximação com a antropologia, essas produções historiográficas analisam o cotidiano e a experiência dos trabalhadores fora dos espaços de luta política organizada, com o objetivo de entender os costumes desses agentes e os limites do movimento operário, além de salientar as relações que trabalhadores de diferentes nacionalidades e culturas estabeleciam entre si. Muitas investigações foram realizadas nessa perspectiva, as quais se propuseram a aplicar categorias de análise como gênero, raça, família, ofício, criminalidade etc⁵. Recentemente, vemos uma historiografia crescente nessa perspectiva e que parte de um recorte racial com o intuito de pensar as experiências de homens e mulheres negros(as). Nesse sentido, observamos que os estudos sobre o pós-abolição trazem importantes avanços para esse debate e nos ajudam a refletir sobre os processos históricos decorridos no sul do Brasil⁶.

⁵ As contribuições desses trabalhos são imensuráveis. Passaram a escutar as vozes de grupos há muito tempo ignorados na historiografia do trabalho no que diz respeito à raça e ao gênero, por exemplo, mas, sobretudo, aos trabalhadores que não estavam inseridos nos grupos políticos organizados ou totalmente representados na fala política articulada. Além disso, esses trabalhos possibilitaram avançar no debate do mundo do trabalho e seus sujeitos históricos, além de contribuir na compreensão dos limites das próprias organizações políticas/sindicais. Entre algumas das contribuições importantes no tema, Cf: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2001. Para o contexto do Rio Grande do Sul, Cf: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos subalternos: Trabalho Livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: UFRGS, 1989; AREND, Sílvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

⁶ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

Outro campo importante se encontra na historiografia que se dedica à infância e a História da Criança e, simultaneamente, busca refletir sobre a cidade e os populares. Como essa historiografia vem mostrando, categorias como “infância”, “criança” ou “juventude” são construções sociais e, em termos históricos, remontam a um surgimento bastante recente. Tais produções, sobretudo relacionadas à realidade do sul do Brasil entre os séculos XIX e XX, colocam-se como importantes referências bibliográficas e apoios teórico-metodológicos⁷. Nessa linha de raciocínio, corroboramos com as ideias de Ana Silvia Volpi Scott sobre as idades ou etapas da vida como um tema relevante no estudo das relações humanas:

Adotar a idade como variável analítica de investigação é apostar na análise da reprodução diferenciada da sociedade através do modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais entre os diferentes indivíduos. Isto é o que realmente importa: a história das relações sociais, a reconstrução da dinâmica social entre indivíduos, famílias e grupos e o papel que os diferentes grupos etários desempenhavam⁸.

Nesse sentido, o recorte etário como um instrumento analítico é utilizado em outros estudos, que buscaram delimitar os “menores” em suas pesquisas e que serviram como importantes referências para o presente estudo⁹. Para realizar essa pesquisa, a decisão de abordar um recorte etário baseia-se no Código Penal de 1890, vigente na Primeira República. Segundo o Código, “menores” eram todos os(as) cidadãos(ãs) menores de 21 anos. Assim, partimos dessa definição para realizar a seleção da documentação. Como resultado dessa escolha criteriosa, o fichamento realizado reuniu 818 registros de internação de pacientes pobres e de idade inferior a 21 anos internados no Hospital de Caridade.

Entretanto, compreendemos que o recorte “menor de 21 anos” não corresponde necessariamente à concepção de “jovens” e “crianças” para o período analisado. Do ponto de vista do trabalho, o ingresso de meninos e meninas em uma profissão ocorria muito antes de tal idade. Contudo, como tentaremos demonstrar nas próximas páginas, é a escolha do recorte etário que nos permite realizar o objetivo central deste texto: analisar elementos da vida

⁷ Para citar um texto essencial, que reúne pesquisadores da área, no recorte da região sul do Brasil. Cf: CARDOZO, Jose Carlos da Silva et al. **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

⁸ SCOTT, Ana Silvia Volpi. História da infância, juventude e da família: que caminhos percorrer? In: CARDOZO, Jose Carlos da Silva et al. **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 17.

⁹ Cf: CRUZ, Lisiane Ribas. **“A infância abandonada é a sementeira do crime”**: o julgamento de menores pela Comarca de Santa Maria (1910-1927). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017; FLECK, Eliane C. Deckmann. Desonras, enfermidades e travessuras próprias da idade: infância, violência urbana e saúde pública (Porto Alegre, 1880-1920). In: CARDOZO, José Carlos da S. et al. **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2016.

cotidiana típicos de cada etapa da vida, da infância a constituição da vida adulta e, conseqüentemente, inferir algumas considerações acerca de como ocorriam as transições de uma etapa para outra.

Quando à documentação que analisaremos, constatamos que as 818 baixas médicas coletadas representam 25% de todas as baixas do período em questão, uma vez que, entre 1917 e 1921, houve um total de 3.278 internações. Desconsiderando os casos de menores que foram internados mais de uma vez durante os anos de análise, temos um total de 724 pessoas neste levantamento.

Para que se entenda os motivos que faziam trabalhadores(as) buscarem uma instituição para curar suas enfermidades, é preciso compreender um processo mais amplo, decorrido no interior do Rio Grande do Sul, de publicização da saúde pública local e interiorização da assistência à saúde e à pobreza. A historiadora Daiane Rossi buscou mapear as ações de saúde pública que ocorreram em Santa Maria, e como esse conjunto de ações contribuiu para o processo de publicização do saber médico local. Assim, essa análise apresenta que tais ações demonstravam uma atuação crescente do poder político local e de grupos religiosos nas tomadas de decisões em torno da questão da saúde e higiene urbana. Nesse sentido, segundo a autora, podemos pensar em estágios de desenvolvimento da saúde pública que remontam um processo que ocorreu durante toda a segunda metade do século XIX.

É a partir desse processo que ocorre, também, a constituição do saber médico como uma prática de cura respeitada. Para isso, a sociedade passou por um processo longo e gradual de disputa entre a medicina e outras formas de se compreender e buscar a cura de enfermidades. Até meados do século XIX, as escolhas da população se direcionavam predominantemente a práticas de cura como o curandeirismo¹⁰. A presença e a credibilidade dos médicos foram sendo conquistadas à medida que tais profissionais passaram a se inserir no cotidiano da população, estabelecendo relações interpessoais na comunidade e adquirindo certo grau de confiança até ocuparem, gradativamente, os espaços institucionais da saúde e da política. O fato de já pertencerem às elites locais antes de se tornarem médicos, como demonstra Daiane Rossi, foi essencial para a ascensão do ofício e para a inserção desses agentes na vida política local¹¹.

¹⁰ WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço**: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

¹¹ ROSSI, Daiane Silveira. **Ações de Saúde Pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX**. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

Dentro desse campo de disputa foi fundado o Hospital de Caridade, em 1903. Partindo do relatório anual do primeiro ano do funcionamento dessa instituição, podemos compreender as motivações da construção do Hospital e em que medida ele se inseriu nas políticas de salubridade e higienização, abordadas por Rossi.

De alguns anos à esta parte a fundação de um hospital de caridade em Santa Maria ia-se constituindo necessidade indeclinável. O Conselho Municipal cotava anualmente uma verba para socorrer os doentes pobres, mas este auxílio, que mal cobria as despesas com medicamentos fornecidos a indigentes, deixava de produzir praticamente os resultados esperados. Em casos de ferimentos e acidentes na via pública as vítimas eram pensadas e operadas nos fundos das farmácias como as condições o permitiam e em seguida abandonadas a seus próprios recursos. Muitos desses infelizes, gravemente combalidos, em falta de abrigo confortável esperavam a morte em cima de tarimbas nos xadrezes da cadeia civil¹².

O fragmento citado permite compreender parcialmente as motivações da construção do Hospital, o público-alvo dessa instituição e, principalmente, as mudanças que ela causou na assistência médica para a população pobre local. Daiane Rossi analisou essas questões em sua tese de doutorado, na qual utilizou, entre uma série de outras documentações, os registros do Hospital de Caridade produzidos entre os anos de 1903 e 1913¹³. O objetivo da autora foi mostrar como ocorreu a interiorização da assistência à saúde e à pobreza no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, partindo da análise da criação do Hospital de Caridade, que estaria articulado tal processo.

Munidos pelas observações elaboradas por Rossi, percebemos que a fundação de um hospital no interior do estado foi possível por meio da relação entre a esfera pública e privada, evidenciada nos diferentes grupos e sujeitos envolvidos na criação e na manutenção da instituição médica. Esses agentes eram desde membros da elite local e de setores do poder público (intendência municipal, Brigada Militar), até funcionários da empresa responsável pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Além disso, observa-se a influência de uma elite médica, que vinha constituindo redes de relações políticas com a finalidade de unir forças a favor da construção e da manutenção do Hospital.

A relação entre público-privado envolvida na construção e na manutenção da instituição hospitalar se reflete, também, no perfil dos pacientes. Além dos classificados como “pobres”,

¹² Trecho retirado do Relatório apresentado em sessão da Assembleia Geral da Associação Protectora do Hospital, no ano de 1904. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

¹³ ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**. 2019. 254 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

que recebiam tratamento e internação subsidiados pela Intendência Municipal, o Hospital de Caridade recebia trabalhadores da ferrovia e funcionários da Guarda Municipal e Brigada Militar, com custos subsidiados pelas respectivas corporações. Isso fez com que, em seus primeiros anos, o Hospital recebesse uma quantidade expressiva de soldados e empregados da ferrovia em relação a outros trabalhadores locais.

O hospital inicia com a maioria de atendimentos voltados para a Brigada Militar, nos demais anos, à exceção de 1908, a classificação ‘pobre’ é a predominante. Sendo que em 1906 e a partir de 1909 se destaca muito com relação às demais. Em 1912 e 1913 chega à casa de 70% das internações, atingindo seu auge. Isso nos mostra que na variação dos dez anos a instituição passa de um hospital militar para um hospital de pobres¹⁴.

É importante notar que as categorias “pobre” e “militares” utilizadas por Rossi remetem ao tipo de internação ocorrida. Ser soldado da Brigada Militar ou operário da ferrovia ainda significava um *status* de pobreza. A predominância de militares e ferroviários nos registros passa a se diluir no decorrer dos anos, dando espaço a uma maior pluralidade de trabalhadores(as) locais nos registros hospitalares nos anos finais da década de 1910. Outro fator interessante é o gradativo aumento de registros anuais do Hospital. Entre 1904 e 1917, o número de registros anuais quase dobrou: de pouco menos de 450 pacientes, em 1904, o hospital passa a receber quase 700 internações em 1917. Acreditamos que o aumento nas internações e a pluralidade do perfil social de seus internos estão atrelados a uma série de fatores, como o crescimento urbano, o aumento da estrutura interna do hospital e, claro, o processo de constituição do saber médico, citado anteriormente.

O esforço de realizar o recorte de um grupo social específico dentro dos registros de baixas hospitalares foi utilizado em outras investigações para diferentes contextos. Ao traçar um perfil social de mulheres pobres em Santa Maria, entre os anos de 1903 e 1913, Gabriela R. dos Santos destaca uma preocupação importante sobre a segurança nas informações registradas nessas fontes e sobre os casos de registros que se contradizem. Ilustram essa problemática as designações de cor presentes nas baixas, que, em alguns casos, possuem incoerências: em pacientes repetidos nos registros, é possível notar que certas informações, como cor, variavam entre as internações.

Casos semelhantes ocorrem na Matrícula Geral de Enfermos da Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre. Giane Flores, em seu estudo sobre a presença de populares

¹⁴ ROSSI, Daiane Silveira. *Op. cit.*, p. 172.

negros na polícia de Porto Alegre na segunda metade do século XIX, salienta que algumas designações de cor presentes nas fontes possuem variações ao observarmos pacientes que recorrem à instituição mais de uma vez¹⁵. Para o século XX, Bruno Schaefer, Cláudia Mauch e Iara Passos também se depararam com dificuldades em analisar as designações de cor de policiais em Porto Alegre. Nesse caso, as designações apareciam, eventualmente, apenas com as iniciais, “o que impossibilitou de confirmar se nos casos com a letra ‘m’ representava moreno, mulato ou misto e se a letra ‘p’ representava pardo ou preto, por exemplo”¹⁶.

Uma maneira de verificar se tais variações nos dados, de fato, representam um problema é consultarmos a proporção em que elas ocorrem entre os registros de pacientes repetidos. Assim, separamos os pacientes internados mais de uma vez e observamos a proporção em que as informações de baixa variaram entre uma internação e outra. O resultado dessa verificação pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 1 - Análise da variação de informações nos registros de menores, entre 1917-1921.

Nº de Pacientes repetidos	Varição de cor	Varição de profissão	Varição de estado civil	Varição de idade
83	17	2	1	9
100%	20%	2%	1%	10%

Fonte: Livros de registro de enfermos do Hospital de Caridade, entre 1917-1921. Arquivo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo.

A Tabela 1 demonstra o número de pacientes entre 1 e 21 anos que recorreram ao Hospital de Caridade mais de uma vez, dentro do recorte que analisamos (totalizando 83 casos)¹⁷. O levantamento nos mostra que o maior índice de variações se concentra, de fato, nas designações de cor (20% dos casos), seguido de idade (10%), profissão e estado civil (que somam apenas 3% dos casos). Os resultados demonstram o quanto a cor estava longe de ser uma característica invariável de cada indivíduo. O tempo entre as diferentes internações desses pacientes variava entre semanas, meses e, em poucos casos, mais de um ano.

¹⁵ FLORES, Giane Caroline. A farda e a cor: notas de pesquisa sobre a presença de populares negros na polícia de porto alegre no final do século XIX. *Anais*. In: XIII Encontro estadual de História da ANPUH-RS, 2016.

¹⁶ SCHAEFFER, Bruno Marques; MAUCH, Cláudia; PASSOS, Iara Cunha. A Matrícula geral dos Enfermos e o estudo quantitativo e qualitativo da polícia em Porto Alegre (1910-1926). *Anais*. In: V Encontro de Pesquisadores do Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre, 2017, p. 88.

¹⁷ Para esse exercício, incluímos na análise os pacientes com 21 anos. A justificativa se dá pela grande quantidade de homens e mulheres entre 18 e 21 anos que recorrem ao hospital, por conta da gratuidade para trabalhadores da ferrovia, da brigada militar e do exército. Incluindo os pacientes de 21 anos, o número de casos repetidos se tornou consideravelmente maior, garantindo mais segurança à nossa análise.

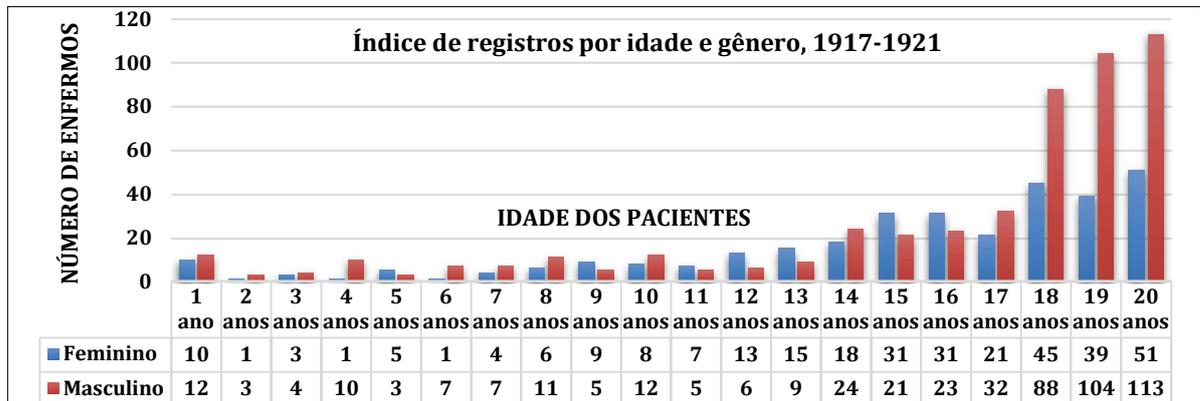
Entre os 17 casos de mudanças na designação de cor, as variações nos registros estiveram entre “branco/pardo” ou “preto/pardo”. Foram encontradas poucas informações sobre o processo de internação dos pacientes, tampouco sobre quais funcionários(as) eram responsáveis pelo preenchimento dos registros. A julgar pelas mudanças de caligrafia, acreditamos se tratar de três ou quatro funcionários(as), no decorrer dos cinco anos de análise.

Entender os parâmetros envolvidos nas designações de cor ainda é um desafio na análise da documentação hospitalar e há poucas respostas nas pesquisas desenvolvidas até então. É possível supor que o ato de registro fosse unilateral, como afirma Rossi, no qual a pessoa responsável pelos registros atribuía a cor que julgava adequada a partir de parâmetros próprios, não se tratando de decisões que necessariamente envolviam diretamente a vontade dos(as) pacientes. Mas, assim como a autora salienta, não devemos descartar o fato de que, em alguma medida, os(as) pacientes pudessem influenciar na designação de cor que recebiam. Acreditamos que dentro desse campo de disputas, ambos os lados não possuíam o protagonismo total nas designações de cor. As variações que se encontram podem estar atreladas a esse fator e, além disso, podem estar relacionadas ao fato de que existia mais de uma pessoa encarregada da função de registro. Em meio à dificuldade em determinar uma designação de cor baseada na análise fenotípica, essa escolha poderia perpassar inúmeras questões associadas às relações de poder e hierárquicas. Crianças muito novas, por exemplo, estavam acompanhadas de adultos responsáveis e, assim, questionamos: a posição social a qual o responsável pertencia e as características físicas e materiais identificadas nele poderiam influenciar na designação das crianças? E o mesmo não poderia ser pensado para pacientes jovens e adultos(as)?

Independente das dificuldades em interpretar as designações de cor, essas análises ajudam a demonstrar que os registros não eram realizados de maneira aleatória, tampouco sem critérios ou cuidados básicos no preenchimento das informações. Vale antecipar que, o estudo detalhado desses documentos demonstrou que havia certos padrões e cuidados com a produção dos registros. Assim, considerando os limites e as potencialidades das fontes no que tange à sub-representação, esse exercício analítico evidencia a legitimidade do uso desses documentos para o estudo das classes populares no contexto da Primeira República.

Partindo desses cuidados, traremos de alguns dados gerais da documentação. O gráfico a seguir demonstra o número de registros de menores, separados por idade e gênero, a fim de compreendermos o grau de recorrência e representatividade de crianças e jovens na instituição.

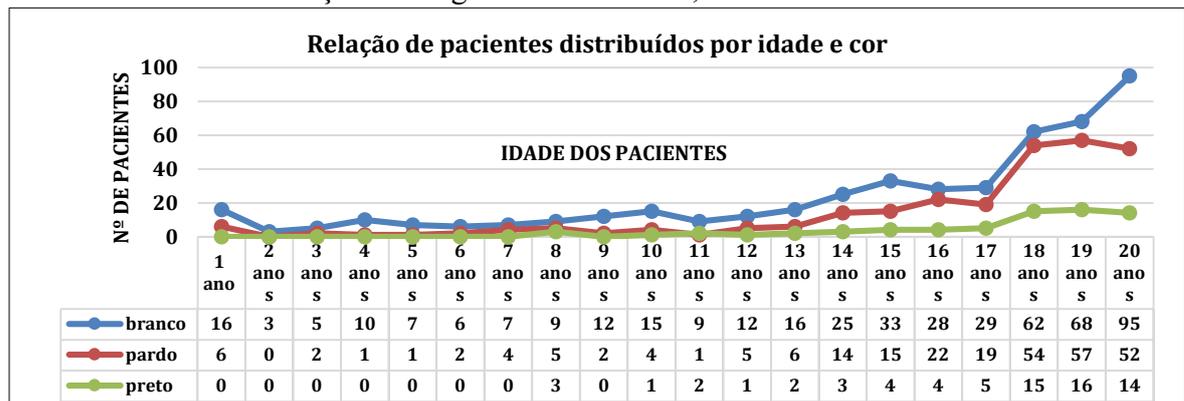
Gráfico 1 - Índice de pacientes distribuídos por idade e gênero



Fonte: Livros de registro de enfermos do Hospital de Caridade, entre 1917-1921. Arquivo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo.

Salvo poucas exceções, na maior parte dos casos o número de registros de menores do gênero masculino é consideravelmente superior ao feminino, apesar de, até os 14 anos, a proporção entre eles se mostrar equilibrada. Esse padrão muda quando observamos pacientes com idades superiores, sendo que os homens passam a ter o dobro de internações em relação às mulheres. Essa predominância de registros masculinos a partir dos 18 anos se justifica pela política da instituição, que, como já dito, recebia da Brigada Militar e da Viação Férrea do Rio Grande do Sul os custos do tratamento de soldados e de trabalhadores das respectivas corporações.

Gráfico 2 - Relação dos registros de menores, com variáveis de idade e cor



Fonte: Livros de registro de enfermos do Hospital de Caridade, entre 1917-1921. Arquivo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo.

Voltando à discussão relacionada à cor, o gráfico anterior demonstra a proporção de pacientes registrados como “pretos”, “pardos” e “brancos” em relação a suas idades. Em todo

o fichamento, houve ocorrências de três nomenclaturas distintas para designação de cor¹⁸. Em linhas gerais, a proporção de menores de cor “branca” presente nos registros é a mais encontrada em todas as idades, seguido da designação “pardo”, que passa a ter uma representação mais expressiva a partir dos 9 e 10 anos, obtendo um índice de crescimento nos registros quase paralelo ao de pacientes registrados como “brancos”. Os pacientes registrados como “pretos” possuem a menor representatividade, obtendo um número de registros mais significativo entre os maiores de 17 anos. Nesse sentido, é curioso que não apareça nenhum paciente com a designação “preto” entre 1 e 7 anos de idade, sendo que os casos de pacientes mais novos dessa forma designados são 3, todos de 8 anos: Maria Pereira e Francisco Oliveira, naturais de Santa Maria, diagnosticados com gripe; e Astrogildo da Silva, diagnosticado com infecção intestinal¹⁹.

Em síntese, a maior parte dos registros trata de jovens do gênero masculino, entre 17 e 20 anos e designados pela cor “branca”. Contudo, não se pode desconsiderar que esses registros nos fornecem uma grande quantidade de informações de sujeitos “não brancos”: se somarmos todos os casos de “pretos” e “pardos”, resulta-se em 43% dos casos. Pesquisas recentes sobre e pós-abolição em Santa Maria demonstraram a considerável presença de negros e de negras na cidade, onde construíram redes e diversas organizações negras em fins do século XIX e primeiros anos do século XX²⁰.

¹⁸ Optamos por utilizar os termos que encontramos nos registros para designação de cor. A utilização desses termos será feita sempre entre “aspas” para demarcar que se trata de uma transcrição direta da fonte, sem atribuições de sentidos e valores contemporâneos a tais conceitos. Essa decisão se justifica pela dificuldade de atribuímos outros termos para as designações de cores dessas documentações sem cairmos em possíveis erros analíticos, visto que na Tabela 1 ficou evidente que havia dificuldade por parte do Hospital em atribuir cor a seus pacientes, sobretudo aos que foram rotulados como “pardos”.

¹⁹ Dos casos citados, os dois primeiros (Francisco e Maria) surgem na documentação em um momento muito específico. Ao que parece, houve uma epidemia de Gripe Espanhola na cidade durante os meses finais de 1918. Todas as internações entre novembro e dezembro do referido ano, com exceção de duas baixas médicas, tiveram como diagnóstico “gripe”. Maria e Francisco foram internados com essas características nos dias 13 e 26 de novembro, respectivamente, ambos falecendo aproximadamente com uma semana de internação. É importante pensar que, diferente de um período comum de funcionamento, tratou-se de um momento particular da instituição. A suspeita dessa enfermidade nos casos de Francisco e Maria e o contexto de calamidade que a cidade poderia estar passando devem ter contribuído com que as famílias dos dois doentes os levassem ao hospital. Pois, em geral, encontramos pouquíssimos casos de menores com designação de cor “preta” entre os menores de 17 anos. A partir dessa idade, como vimos, os índices aumentam pela grande quantidade que soldados e trabalhadores da V. F. R. G. S. que buscavam a instituição hospitalar.

²⁰ Cf. OLIVEIRA, Franciele Rocha. **Dos laços de José e Innocência: trajetórias de uma família negra entra a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul.** 2017. 393 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017; GRIGIO, Ênio. **No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942).** Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2018.

Neste momento, propomos adentrar em uma análise mais detida no cotidiano das crianças e dos jovens populares. Para o estudo quantitativo dos registros, utilizamos como inspiração a História Serial, uma vez que selecionamos fontes massivas e que disponibilizam as mesmas informações durante todo o recorte. Contudo, o problema de pesquisa demandou de algumas estratégias metodológicas distintas: em vez de analisar as informações dos registros e suas variações no tempo, optamos por distribuir as informações dos pacientes de acordo com a idade dos mesmos. Assim, foi possível traçar padrões e tendências características dos grupos etários, além de perceber quando ocorriam transformações.

As páginas dos “Livros de Registro de Enfermos”, fontes que utilizamos, são organizadas em diversas linhas, separadas por colunas. Cada linha está reservada a um paciente, sendo que as linhas se encontram distribuídas entre as colunas, que, por sua vez, dispõe diferentes informações sistematizadas sobre os pacientes, como: profissão, idade, cor, diagnóstico, estado civil etc. Esse registro era realizado no momento de internação do(a) enfermo(a), após a inspeção do médico. O processo de fichamento dessas fontes, aparentemente, parecia simples: seria realizado o levantamento do nome dos pacientes e as informações sobre eles em um banco de dados. Em caso de ausência de alguma informação nos registros, seria considerado, em nosso fichamento, “inexistente”, discutindo-se, posteriormente, a necessidade de incluir esses dados na análise final.

O tempo e a experiência no trato empírico das fontes nos permitiram perceber que havia certos padrões de preenchimento nesses campos aparentemente “vazios”. Notamos que a pessoa responsável pelo registro dos pacientes reagia de duas maneiras distintas nos casos em que não havia um preenchimento claro do registro: deixava os campos em branco, sem qualquer informação, ou colocava um “tracejado”, onde deveria constar os dados do paciente. Ao separarmos essas duas situações como valores diferentes, foi possível perceber um padrão bastante claro para o uso dessa segunda opção. No campo destinado ao registro de estado civil do paciente (onde devia constar as opções “solteiro(a)”, “casado(a)” ou “viúvo(a)”), o tracejado era utilizado apenas para crianças. O mesmo ocorria para o campo de “Profissão”, mas, nesses casos, encontramos também o tracejado para pacientes de idades avançadas.

Após essa constatação, o foco de nosso estudo se deslocou dos pacientes registrados nas fontes para a pessoa responsável pela anotação dos registros e, assim, tornou-se nossa prioridade entender os significados atribuídos a esses padrões. A principal hipótese para esses

casos é que o “tracejado” possa significar uma *alternativa* de preenchimento do documento. Nesse sentido, consideramos que o “tracejado” seria usado em momentos em que as respostas padrões não se adequavam à situação com a qual o(a) funcionário(a) do hospital deparava. Em outras palavras, optava-se por não preencher o campo de estado civil com o termo “solteiro” para crianças de determinada faixa etária, por não serem respostas adequadas àquele indivíduo e o papel que o mesmo desempenhava naquela sociedade. Não havendo alternativas mais adequadas, inseria-se um tracejado. É o caso do menor Alberto, que surge nas nossas fontes em fevereiro de 1920. Alberto possuía 10 anos de idade quando, no dia 26, deu baixa no hospital com diagnóstico de “bronchite”. Nos campos destinados a “Estado Civil” e “Profissão”, o registro de Alberto recebeu um tracejado²¹.

No artigo “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”, Carlo Ginzburg busca refletir sobre a potencialidade de resgatarmos indícios em fontes do passado, os quais podem nos esclarecer questões sobre importantes elementos da visão de mundo de quem os produziu. Em alguns casos, esses indícios, que se traduzem muitas vezes em gestos e ações quase imperceptíveis ou realizados de forma inconsciente, servem ao historiador como uma importante ponte de acesso às mentalidades e aos aspectos culturais do contexto em que foi produzido²².

Utilizo desses parâmetros para pensar o (não) emprego de estado civil e profissão aos(às) menores. Parece-nos evidentes as intenções por trás desses tracejados, apesar de ainda não sabermos quais parâmetros eram utilizados para definir quem devia ou não os receber ou se tal escolha passava pela decisão dos(as) pacientes. O fato de existir um padrão como o relatado que perdura por cinco anos, mesmo que exista diferentes caligrafias no preenchimento

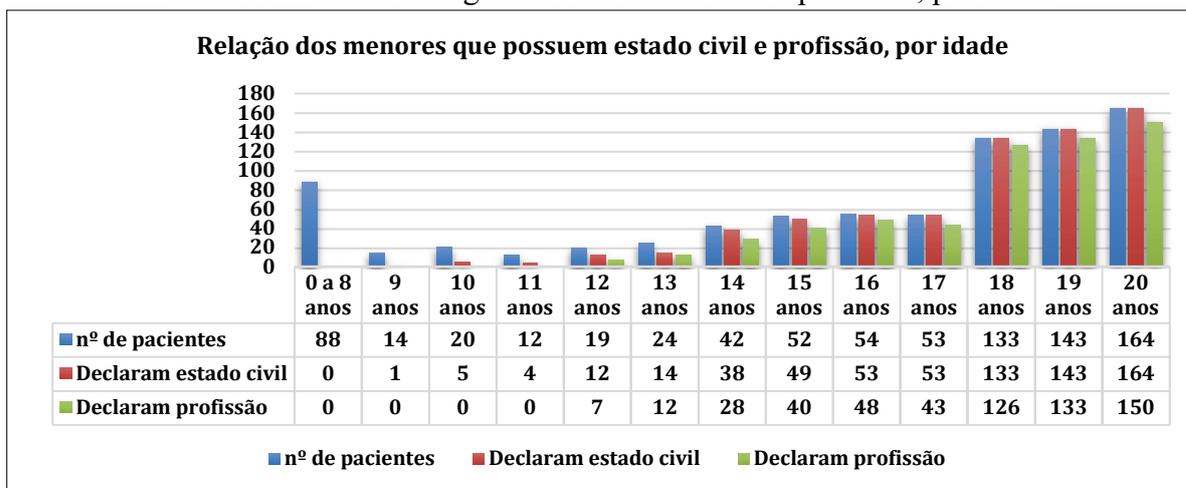
²¹ Podemos citar ainda o caso de Jacyntho Cezar de Souza, “preto”, viúvo, com 90 anos de idade. Escolhemos o exemplo de Jacyntho por já o conhecermos de outras ocasiões: seu nome se faz presente nas documentações analisadas por Ênio Grigio, em sua investigação sobre a comunidade negra e a Irmandade do Rosário em Santa Maria. Tratava-se de um homem negro, inserido em organizações negras da cidade, com grande possibilidade de ter vivido a experiência da escravidão (se considerarmos que Jacyntho foi internado em 1920 com 90 anos de idade, significa que o mesmo viveu 58 anos antes da Abolição). Estes fatores e a longevidade de Jacyntho nos levam a crer que se tratava de um homem bastante debilitado quando foi internado e que já não exercia nenhum tipo de trabalho – o que justifica o seu registro constar um “tracejado” no campo de profissão. Jacyntho deu baixa no Hospital com o diagnóstico de “aneurisma da aorta torácica”, no dia 20 de fevereiro de 1920. Foi registrado seu falecimento pouco mais de um mês depois, ainda sob internação. Cf: GRIGIO, Ênio. **No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2018

²² GINZBURG, Carlo. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário**. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

do livro, permite-nos concluir que era uma prática compartilhada entre os(as) funcionários(as) do hospital, com parâmetros minimamente delimitados para a sua utilização.

Explicar detalhadamente esse processo se faz importante na medida em que ele nos permite entender como e quando crianças e jovens passavam a ser considerados(as) capazes – a partir do horizonte de expectativas de quem esteve envolvido na produção dessas fontes – de estarem inseridos(as) em uma profissão ou estabelecer algum tipo de relação com terceiros. Em relação aos dados registrados em “Estado civil”, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Índice de registros com estado civil e profissão, por idade



Fonte: Livros de registro de enfermos do Hospital de Caridade. Arquivo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo²³.

Em síntese, o primeiro caso com registro de estado civil “solteiro(a)” surge em um paciente de 9 anos de idade, mas, gradativamente, esses casos crescem a partir dos 10 anos. Entre pacientes com 12 anos, em 63% dos casos havia registro de solteiro(a). A partir dos 14 anos de idade, quase a totalidade dos menores recebeu um estado civil em seus registros. Quanto aos registros de profissão, essa transição parece ocorrer um pouco depois. Os primeiros casos em que se declara uma profissão ocorrem em pacientes com 12 anos de idade. Aos 13 anos, metade dos pacientes já declarava alguma profissão.

Sobre as designações de estado civil, Silvia Arend, ao estudar a família popular porto-alegrense no final do século XIX, demonstra que, dentro da cultura popular, existia uma série

²³ Em todo o fichamento realizado para esta pesquisa, apenas um caso fugia completamente das tendências que demonstramos nos gráficos deste artigo: trata-se de Joaquim Prestes, com baixa em fevereiro de 1921. Seu registro se trata de um erro no preenchimento do livro: Joaquim possui todas as características de um homem adulto (trabalhador da viação férrea, casado etc), mas no registro de idade, consta que Joaquim possui 3 anos.

de outras formas de relações afetivo-familiares e, assim, seria impossível que os indivíduos fossem rotulados apenas como “solteiro” ou “casado”. A redução desse universo, legitimado pelos costumes das classes populares, significava mais uma tentativa de imposição de uma norma burguesa a esses grupos do que correspondiam propriamente às únicas formas legítimas de relações que existiam entre as pessoas²⁴. Esses exemplos nos servem para considerar que entre os registros de “solteiro” e “casado”, presentes em nossas fontes, existiam outras categorias de relações que a instituição médica não considerava ao registrar os enfermos.

O contato “precoce” (se julgarmos a partir de um paralelo com o presente) de crianças com o mundo do trabalho é um elemento característico do período. Segundo Sidney Chalhoub, a instauração da república e o fim da escravidão necessitaram que o Estado construísse uma nova mentalidade em relação ao trabalho. Após séculos de escravidão, na qual o trabalho era majoritariamente exercido por mãos negras, era preciso ressignificar os sentidos negativos que estavam relacionados ao trabalho braçal, o qual passaria ser entendido como um elemento necessário e central na vida dos trabalhadores e a estar relacionado a um significado “positivo”, nobre. Construiu-se, pois, a ideia de que o trabalho dignificava o homem, encaminhava-o para um caminho de boa índole²⁵.

A historiografia que se insere na chamada História das Crianças demonstra que esse esforço possui consequências no cotidiano de crianças e jovens pobres. Ana Paula Zanella e Lisiane Cruz, por exemplo, em seus estudos sobre o discurso jurídico acerca da infância através de processos criminais que envolviam menores (para Porto Alegre e Santa Maria, no período republicano), demonstram que, para o menor delinquente, possuir uma profissão se tornava fator determinante para um desfecho positivo na sentença que receberia²⁶. Da mesma forma, José C. da Silva Cardozo, ao analisar os processos de tutela do Juízo de Órfãos de Porto Alegre,

²⁴ AREND, Silvia Maria Fávero. *Op. cit.*

²⁵ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*

²⁶ ZANELLA, Ana Paula. **O papel do Estado frente à “delinquência” de menores em Porto Alegre (1927-1933)**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008; CRUZ, Lisiane Ribas. **“A infância abandonada é a sementeira do crime”**: o julgamento de menores pela Comarca de Santa Maria (1910-1927). 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017; CRUZ, Lisiane Ribas. “Precisa-se de uma menina de 12 anos de idade para cuidar de criança”: O trabalho Infantil na Primeira República (Porto Alegre/RS). *Aedos*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 303-321, 2015.

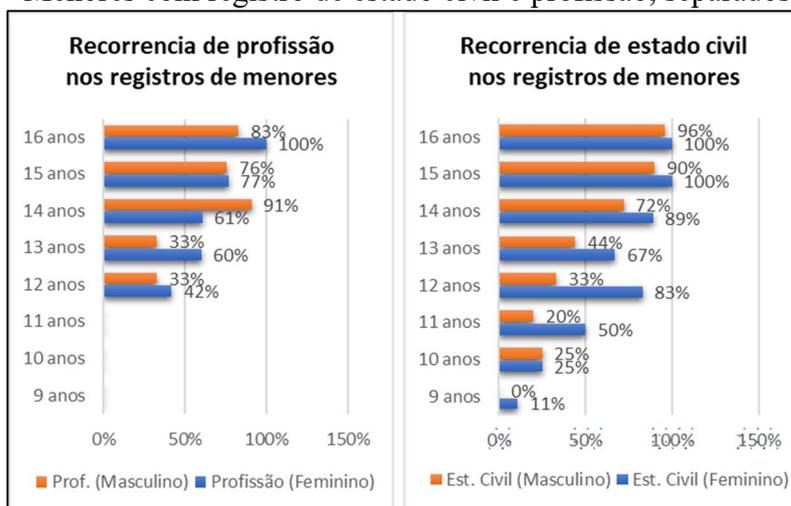
encontra um discurso semelhante: para o menor, exercer uma profissão, desde muito cedo, era sinônimo de boa índole e sinal de que estava no “caminho correto”²⁷.

Essa ideologia de valorização e edificação do trabalho não partia apenas das instituições de controle social e do poder público. Arend demonstrou que o trabalho entre crianças era uma prática aceita e incentivada entre populares, sobretudo, devido a precariedade estrutural em que viviam os setores empobrecidos das grandes cidades brasileiras. Esperava-se que a criança, logo que possível, fosse inserida em algum tipo de trabalho para auxiliar no seu sustento, de sua família e, sobretudo, dos mais velhos e debilitados, que passariam a depender dos rendimentos das novas gerações para sobreviver.

Para os Populares, os filhos após certa idade (em torno dos 7 anos), deixavam de ser ‘uma boca a mais’ para se tornarem mão-de-obra. As meninas, de maneira geral, trabalhavam nos serviços domésticos ao passo que os meninos ajudavam nos botequins e vendas e também nas tarefas domésticas²⁸.

A autora, nesse trecho, traz uma questão interessante: é seguro pensarmos que os parâmetros e os meios de acesso de crianças e jovens pobres no mundo do trabalho poderiam variar de acordo com o gênero desses sujeitos? Buscamos mapear essas tendências, realizando uma análise semelhante para as nossas fontes, o que podemos visualizar no gráfico comparativo, logo abaixo:

Gráfico 4 - Menores com registro de estado civil e profissão, separados por gênero



²⁷ CARDOZO, José Carlos da Silva. “**Como se fosse meu filho**”? As crianças e suas famílias no Juízo de Órfãos de Porto Alegre (1860-1899). 2015. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015; CARDOZO, José Carlos da Silva. **Enredos tutelares: o Juízo dos Órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense no início do século XX**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

²⁸ AREND, Sílvia Maria F. *Op. cit.*, p. 67.

Fonte: Livros de registro de enfermos do Hospital de Caridade, entre 1917 e 1921. Arquivo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo.

Entre os menores presentes em nossa análise, havia uma tendência maior das meninas estarem inseridas no mundo do trabalho mais cedo em relação aos meninos. Essa tendência apenas não se confirma nos registros de menores com 14 anos de idade, faixa etária na qual a tendência de meninos registrarem uma profissão é maior.

Uma variação mais significativa se encontra nas designações de estado civil. A partir dos 11 anos, mais de 50% dos registros de baixa femininas já possuem alguma designação de estado civil. Esse marco, entre os registros de meninos, só ocorre a partir dos 14 anos de idade. Outro fator que evidencia a designação de estado civil de maneira precoce para meninas surge quando analisamos os(as) primeiros(as) pacientes que constam “casado(a)”: as duas primeiras “casadas” encontradas nos registros possuem 13 e 14 anos, respectivamente. O primeiro caso de homem casado só ocorre a partir dos 17 anos de idade. Nesse sentido, olharemos com maior atenção para os casos de Aracy Tavares (13 anos) e Olinda Chagas (14 anos).

Aracy surge em nossas documentações em janeiro de 1921. O registro diz que Aracy tem 13 anos, é cor branca e casada, tendo como profissão serviço doméstico. Seu diagnóstico, realizado pelo Dr. Amaury, indica que Aracy possui uma doença venérea (blenorragia). Além do fato de Aracy constar nos registros como casada, seu diagnóstico remonta uma enfermidade estigmatizada em um contexto marcado por fortes julgamentos morais direcionados a essas doenças²⁹. Infelizmente, as fontes não nos possibilitam avançar nos fatores que fizeram com que a paciente tivesse contraído tal enfermidade, infecção que pode muito bem ser resultando de contágio do seu marido/cônjuge. De qualquer maneira, independente das hipóteses que possamos levantar, o ponto crucial nesse caso é que a condição de Aracy enquanto casada não era uma situação fora do horizonte de expectativas do meio social em questão, a ponto de essa informação ter sido recebida pelo Hospital e registrada no livro.

O outro caso, de Olinda Chagas, também merece maiores detalhes. No processo de análise das fontes, foi possível perceber que em algumas situações se registravam “acompanhantes” de pacientes enfermos(as). Esses casos correspondem, geralmente, a

²⁹ FLECK, Eliane C. Deckmann. Desonras, enfermidades e travessuras próprias da idade: infância, violência urbana e saúde pública (Porto Alegre, 1880-1920). In: CARDOZO, José Carlos da S. et al. **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2016; FLORES, Giane Caroline. A farda e a cor: notas de pesquisa sobre a presença de populares negros na polícia de porto alegre no final do século XIX. **Anais**. In: XIII Encontro estadual de História da ANPUH-RS, UNISC, 2016.

situações em que mulheres acompanhavam bebês ou crianças muito novas, sendo que as acompanhantes são, com frequência, maiores de 21 anos. Portanto, foi uma surpresa encontrar esse padrão no caso de Olinda. No dia 23 de março de 1919, ocorreu a internação de seis pacientes da mesma família, todos(as) com o sobrenome Chagas, tendo idades entre 14 e 5 anos, diagnosticados(as) com febre tifoide. Abaixo dos 6 registros seguidos, constava Olinda Chagas, 14 anos, branca, serviço doméstico, casada. Seu registro consta como acompanhante dos demais menores que foram internados nas dependências do Hospital.

Em síntese, a análise desses casos específicos nos ajuda a pensar como os espaços sociais da rua e das instituições faziam parte do cotidiano de trabalhadores(as) desde muito cedo. Ainda na análise das profissões, interessa-nos saber em quais áreas crianças e jovens se inseriam no mundo do trabalho. Para isso, disponibilizamos duas tabelas logo abaixo, com a relação das profissões em cada idade, separadas por gênero.

Tabela 2 - Profissões de menores do gênero feminino, distribuição por idade (12 a 20 anos)

Profissões encontradas entre menores do gênero <u>feminino</u> , entre 12 e 20 anos										
Profissões	Idade das menores:	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	Nº de pacientes:	13	15	18	31	31	21	45	39	51
	1. Serv. Doméstico	5	9	9	22	27	12	36	29	29
	2. Cozinheira			1	2	2	1	6	2	8
	3. Empregada					1				
	4. Lavadeira			1		1			2	5
	5. Copeira									1
	6. Jornaleira									1
	7. Trabalhadora									1
Ilegível								2		

Fonte: Livros de registro de enfermos do Hospital de Caridade, entre 1917 e 1921. Arquivo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo.

Tabela 3 - Profissões de menores do gênero masculino, distribuição por idade (12 a 20 anos)

Profissões encontradas entre menores do gênero <u>masculino</u> , entre 12 e 20 anos										
	Idade dos menores:	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	Nº de pacientes:	6	9	24	21	23	32	88	104	113
	1. Jornaleiro	2	1	6	9	7	7	18	17	19
	2. Servente		1	2		3				
	3. Agricultor		1	3			2	6	8	5
	4. Mensageiro			1	1					
5. Lavrador			1							

Profissões	6.	Copeiro			1		1					
	7.	Barbeiro			1							
	8.	Turmeiro*				1	1		4	2		
	9.	Guarda Freio*				1	2	7	17	19	13	
	10.	Choffeur				1			3	1		
	11.	Caixeiro				1					1	
	12.	Artista				1						
	13.	Aprendiz				1						
	14.	V.F.R.G.S*						1		1	3	2
	15.	Ferreiro						1				
	16.	Comerciante						1	1			
	17.	Tropeiro							1			
	18.	Telegrafista							1		1	
	19.	Soldado							6	12	30	34
	20.	Foguista*							2	3	3	4
	21.	Alfaiate							1	1		2

Ao todo, encontramos 43 profissões para menores do gênero masculino. No quadro acima, optamos por mostrar apenas as profissões de 12 a 18 anos. Esse recorte é suficiente para demonstrar as hipóteses que trabalhamos neste texto. As outras 22 profissões, que encontramos apenas entre a faixa etária de 18 a 21 anos são: Trabalhador(4); Pintor(3); Padeiro(4); ilegível(19); Mecânico(1); Empregado(3); Carteiro(1); Carroceiro(1); Carpinteiro(1); Ajudante(4); Ajustador(1); Cabo(1); Chefe de Trem*(2); Coveiro(1); Eletricista(1); Emp. Armazém(1); Guarda Chaves(2); Viajante(1); Emp. Banco(1); Funileiro(1); Operário(1); Ronda(3).

Fonte: Livros de registro de enfermos do Hospital de Caridade, entre 1917 e 1921. Arquivo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo.

Em linhas gerais, o número de profissões que encontramos para o gênero masculino é quatro vezes maior que no caso do gênero feminino. Esse dado também salienta a pouca diversidade nos trabalhos exercidos por meninas, além de serem numericamente reduzidos. Até os 19 anos de idade, todas as profissões do gênero feminino estão relacionadas a funções de cuidados do lar: serviço doméstico, cozinheira, empregada e lavadeira. Entre as sete profissões encontradas, a de “serviço doméstico” é a mais recorrente. Apesar de haver pouca informação em nossas fontes para esses casos, a historiografia poderá nos ajudar em respostas possíveis. Para Porto Alegre, durante a Primeira República, havia uma procura considerável de famílias em busca de meninas, entre 12 e 14 anos, para serviços domésticos e cuidado de crianças:

Na maioria dos anúncios em que consta a idade, está à preferência por meninas e meninos de 10 até 15 anos, sendo a idade de 12 anos como predominante para ambos os gêneros. Para o sexo feminino, as funções oferecidas estavam ligadas ao serviço doméstico, como constou na maioria dos anúncios, funções essas como, cuidar de crianças e serviços dentro das casas de família³⁰.

³⁰ CRUZ, Lisiane Ribas. *Op. cit.*, p. 316.

Ainda que os registros do Hospital de Caridade não nos disponibilizem detalhes desses serviços domésticos, entendemos que poderiam significar tanto serviços realizados nas residências das próprias pacientes como para terceiros. O fenômeno da circulação de crianças, que ocorria tanto de maneira informal como perpassada pelo poder público, também demonstrou que muitos meninos e meninas viviam sob a tutela de adultos, exercendo funções laborais na residência ou para a família que os(as) recebiam, como forma de “pagamento de estadia”³¹.

Em contrapartida, ao olharmos para as profissões de jovens do gênero masculino, percebemos um elevado número de profissões, o qual demonstra as diversas formas de acesso de meninos e jovens pobres ao mundo do trabalho (totalizando 43 profissões). Entre os 12 anos (quando surgem os primeiros meninos com profissão) e 15 anos de idade, encontramos 13 profissões diferentes. Nos primeiros anos de contato com o mundo do trabalho, as principais profissões encontradas são de serviços braçais, com pouca necessidade de especialização (jornaleiro, agricultor, lavrador e servente). Essas características passam a mudar na medida em que cruzamos com menores de idade mais elevada: entre os pacientes de 15 anos, por exemplo, já encontramos profissões como *choffeur*, caixeiro, aprendiz e funções ligadas à viação férrea.

Como dito, as profissões de jornaleiro, agricultor e lavrador são predominantes nos registros de menores entre 12 e 15 anos, sendo essa faixa etária caracterizada por ser o momento no qual esses meninos se inseriam no mundo do trabalho. Sobre essas profissões, em Santa Maria, Daniela Carvalho discorre algumas informações importantes:

Assim, o principal atrativo urbano parecia estar vinculado diretamente a maior comercialização da agricultura produzida nas zonas mais afastadas, trazendo para a cidade vislumbres de culturas populares vinculadas ao universo rural. Porém, a cidade também surgia como um local onde a facilidade de se conseguir um emprego parecia se ampliar concomitante com o crescimento da cidade. Assim, muitas das pessoas que se deslocavam do meio rural para a cidade transformaram-se em jornaleiros, atividade remunerada que era realizada por jornal, isto é, por um tempo determinado, **geralmente curto e que não carecia de qualquer especialização**. Esta profissão é muito presente em nossas fontes e de maneira muito significativa demonstra como atividades rurais (agricultura principalmente) e urbanas (desempenhadas sob jornal) combinavam-se, sendo exercidas alternadamente³².

³¹ CARDOZO, Jose Carlos da Silva. *Op. cit.*

³² CARVALHO, Daniela Vallandro. **Entre a solidariedade e a animosidade: Os conflitos e as relações interétnicas populares em Santa Maria – 1885-1915**. 2005. 300 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005, p. 73-74 (grifo nosso).

As reflexões de Carvalho demonstram a importância da população instalada na área rural, bem como das atividades agrícolas na cidade. Infelizmente, não encontramos trabalhos semelhantes que possibilitem possíveis comparações em relação ao caso de Santa Maria, no entanto as características desse município enquanto um núcleo urbano de proporções reduzidas e a dificuldade em delimitar fronteiras entre o urbano e o rural podem ser determinantes no que diz respeito aos padrões que observamos em relação ao acesso de crianças e jovens ao mundo do trabalho.

Outro ponto a ser ressaltado é a recorrência de jovens trabalhadores da viação férrea. Foi possível mapear pelo menos 5 profissões ligadas a essa instituição: (1) guarda-freio, responsável por cuidar e manusear os freios, localizados dentro dos vagões, dos veículos ferroviários; (2) foguista, função destinada ao trabalho nas fornalhas dos vagões a vapor; quanto às outras profissões, “chefe de trem”, “empregado” e “turmeiro”, temos pouco respaldo na historiografia para fundamentar suas atribuições em princípios do século XX. Contudo, acreditamos que os “turmeiros”, pelo menos, possam significar os empregados “por turma”, peões de serviço braçal nas estradas de ferro.

A construção da ferrovia foi um marco nas transformações do núcleo urbano da cidade e na urbanização do interior do estado, como a historiografia vem demonstrando. Mas, além disso, representou um espaço de oferta de trabalho para os jovens homens na cidade, ajudando a compor os elementos atrativos que Santa Maria poderia demonstrar a quem buscava melhores oportunidades na vida urbana. Nesse sentido, verificamos que, em média, os primeiros trabalhadores da VFRGS começam a surgir a partir dos 15 anos de idade.

Por fim, observaremos a distribuição dos diagnósticos entre os menores em relação à idade e ao gênero dos pacientes. Em um primeiro olhar, chamou-nos a atenção o alto índice de enfermidades relacionadas a violências e a doenças venéreas, principalmente por se tratar de enfermidades que eram constantemente associadas a comportamentos desviantes e estigmatizados no contexto da Primeira República.

No entanto, a análise das enfermidades impõe uma série de desafios, pois os diagnósticos não informam muitos detalhes da origem dos ferimentos. Se em alguns casos há maior segurança nessa análise (como o de Martin Minuzzi, 12 anos, com diagnóstico de “ferimento por arma de fogo”), fica a dificuldade de definir diversos outros, relacionados a fraturas, esmagamentos, queimaduras etc. Por isso, foram criadas categorias específicas de

diagnósticos para a discussão dessa pesquisa. Assim, definimos quatro categorias: (1) “contusões, fraturas e queimaduras”; (2) “violência”; (3) “doenças venéreas”; (4) “parto ou gravidez”³³. O resultado pode ser visualizado a seguir:

Tabela 4 - Distribuição dos diagnósticos por idade e gênero

Idade dos(as) menores:			1 a 10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	
Categorias de diagnósticos	Contusões fraturas queimaduras	F	2	1	1				2		1		3	
		M	5	1		1	1	1	3	5	15	16	10	
	Violência	F							1				1	1
		M			1		2	1		2	3	1	4	
	Doenças Venéreas	F				1	2	5	11	4	12	6	11	
		M				1	1	3		2	7	19	18	
	Gravidez/Parto	F								2	1	1	1	
		M												
	Total de registros	F	48	7	13	15	18	31	31	21	45	39	51	
		M	74	5	6	9	24	21	23	32	88	104	113	

Fonte: Livros de registro de enfermos do Hospital de Caridade, entre 1917 e 1921. Arquivo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo.

Analisando a categoria “Contusões, fraturas e queimaduras”, fica evidente que esses diagnósticos estavam diretamente relacionados a crianças e jovens do gênero masculino (58 casos masculinos para 10 femininos). Além disso, nota-se que havia ocorrências de tais diagnósticos por quase todas as idades observadas. Isso se explica, claro, pela abrangência de tal categoria. Mas, a pergunta que fica é: quantos desses casos de contusões, queimaduras, lesões e etc, não seriam provenientes de relações de violência e, principalmente, de acidentes de trabalho? Essa questão baseia-se no fato de que verificamos que as profissões de ingresso ao mundo do trabalho, por parte dos meninos, concentravam-se justamente em trabalhos braçais, como jornaleiro, servente e agricultor, ou em trabalhos relacionados à manutenção da ferrovia. Outro dado que chama a atenção se trata dos diagnósticos entre as meninas: dos dez casos listados, cinco são queimaduras (“queimaduras extensas”, “queimadura na mão”, “queimadura de 3º grau” etc). Seriam diagnósticos de acidentes de trabalho, envolvendo o cotidiano dessas meninas no serviço doméstico?

Na categoria “violência”, novamente, trata-se de diagnósticos predominantemente masculinos. Tais casos, contudo, ocorrem em poucas proporções, sobretudo a partir dos 14 anos. A pesquisa realizada por Lisiane Cruz também evidencia que os réus menores de idade

³³ (1) Reunimos nesta categoria os casos ambíguos, de difícil precisão, em que não sabemos se houve algum tipo de violência envolvida, acidentes de trabalho ou lesões por motivos diversos; (2) categoria na qual os diagnósticos remetem diretamente a alguma relação de violência: ferimentos por faca, por arma de fogo etc.; (3) todos os diagnósticos recorrentes de doenças venéreas; e (4) as baixas médicas decorrentes de gestação.

surgem, em poucas proporções, a partir desse período. Isso demonstra em qual etapa da vida esses meninos estavam inseridos em relações e práticas de delito e violência. Para evitarmos julgamentos a esses sujeitos, devemos lembrar, é claro, que os diagnósticos remetem a *vítimas* de violência, e não necessariamente quem as praticou. Nada sabemos sobre quem foram os responsáveis por tais atos e quais foram as motivações do conflito. Mas, as descrições dos diagnósticos (ferimento por arma de fogo, arma de guerra, arma branca etc), parecem sugerir que tais ferimentos foram gerados a partir de conflitos diretos.

“Doenças venéreas” e “gravidez e parto” compõem as duas últimas categorias de diagnósticos nesse texto. Fica evidente que a proporção de meninas que buscaram o Hospital para o tratamento de tais enfermidades é bastante elevada em relação ao gênero masculino (sobretudo se considerarmos que, numericamente, os homens são maioria em tais registros).

É importante ressaltar que o contágio de tal doença não se deve necessariamente a comportamentos desviantes das enfermas. Como vimos anteriormente, no caso de Aracy, a enfermidade da menina poderia ter sido contraída do próprio cônjuge/marido. Gisele Sanglard, ao analisar a assistência à infância na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX, ressalta alguns elementos acerca da sífilis entre os diagnósticos de crianças. Utilizando os registros de crianças encaminhadas à Casa dos Expostos enquanto as mães se encontravam internadas no Hospital Geral, Sanglard demonstrou como, entre as causas da mortalidade infantil, estavam as enfermidades provenientes de “sífilis hereditária” ou “debilidade congênita”³⁴. Os dois exemplos nos convidam a pensar que as enfermidades talvez não estejam relacionadas a comportamentos “desviantes” por parte das enfermas ou, ao menos, não por parte de todas elas.

Os casos de diagnósticos de gravidez ou parto (que somam apenas 6 casos em todo o fichamento) surgem a partir dos 16 anos. A pouca ocorrência de grávidas no hospital, segundo Gabriela R. dos Santos, pode estar relacionada à preferência de tais mulheres a recorrerem a outras práticas de cura para esses casos, como as parteiras. Já Daiane Rossi, que afirma em sua tese que as mulheres compunham o grupo mais vulnerável entre os pobres e, assim, reconhece nos partos casos de mulheres em situações de precariedade tão extremas que não possuem nem

³⁴ SANGLARD, Gisele. Entre o Hospital Geral e a Casa dos Expostos: assistência à infância e transformação dos espaços da Misericórdia carioca (Rio de Janeiro, 1870-1920). **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t. XLVII, p. 337-385, 2016.

mesmo capital para arcar com outras práticas de cura, recorrendo à instituição por sua gratuidade.

Por fim, como últimas considerações acerca desta análise, pensamos que este estudo trouxe uma série de novos questionamentos. Como indicativo disso, os resultados sugerem que aspectos centrais nas pesquisas relacionadas ao cotidiano popular, sobre o qual há uma extensa bibliografia no Brasil para o contexto da Primeira República, já se mostravam presentes no cotidiano de populares desde muito cedo: os meandros e as diferentes categorias de relacionamentos dentro dos costumes populares, as relações de conflito e violência, a criminalidade, a experiência do mundo do trabalho etc. Muitos desses elementos parecem fazer parte do cotidiano de jovens, já entre os 12 e 14 anos.

Assim, ficam algumas perguntas: como se davam as relações, em especial as de conflito, entre trabalhadores de gerações distintas nesses espaços de trabalho e lazer? Em que medida o cruzamento desses resultados com fontes qualitativas poderia trazer de novidades em relação ao que há produzido sobre a temática do cotidiano popular na historiografia? Com a finalidade de concluir este trabalho, esperamos contribuir para novos questionamentos que envolvam uma perspectiva geracional no estudo de grupos sociais, um campo pertinente para uma História Social das camadas populares.

Referências bibliográficas

AREND, Silvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar?** A família popular no final do século XIX. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

CARDOZO, José C. da Silva. **“Como se fosse meu filho”?** as crianças e suas famílias no Juízo de Órfãos de Porto Alegre (1860-1899). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015

_____. As crianças no Juízo de Órfãos de Porto Alegre. In: CARDOZO, José Carlos da S; et al. **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2016.

_____. **Enredos tutelares:** o Juízo dos Órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense no início do século XX. São Leopoldo/RS: Oikos, 2013.

CARDOZO, José Carlos da S; et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

CARVALHO, Daniela Vallandro. **“Entre a solidariedade e a animosidade”:** Os conflitos e as relações interétnicas populares em Santa Maria – 1885-1915. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CRUZ, Lisiane Ribas. "**A infância abandonada é a sementeira do crime**": o julgamento de menores pela Comarca de Santa Maria (1910-1927). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

_____. "Precisa-se de uma menina de 12 anos de idade para cuidar de creança": O trabalho Infantil na Primeira República (Porto Alegre/RS). **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 303-321, 2015.

DAUDT FILHO, João. **Memórias**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

DUNCOMBE, Jean. Infância. In: SCOTT, John. **Sociologia: conceitos-chave**. São Paulo: Zahar, 2010

FLECK, Eliane C. Deckmann. Desonras, enfermidades e travessuras próprias da idade: infância, violência urbana e saúde pública (Porto Alegre, 1880-1920). In: CARDOZO, José Carlos da S; et al. **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2016.

FLORES, Giane Caroline. A farda e a cor: notas de pesquisa sobre a presença de populares negros na polícia de porto alegre no final do século XIX. **Anais**. In: XIII Encontro estadual de História da ANPUH RS. 2016, UNISC.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRIGIO, Ênio. "**No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**": a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2016.

JARDIM, Paula Simone Bolzan. **O perigo que nasce das ruas: novos saberes e discurso jurídico acerca da infância abandonada e/ou delinquente no Brasil e na Argentina (1910-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

OLIVEIRA, Franciele Rocha. **Dos laços de José e Innocência: trajetórias de uma família negra entra a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos subalternos: Trabalho Livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

ROSSI, Daiane Silveira. **Ações de Saúde Pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015

_____. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

SANGLARD, Gisele. Entre o Hospital Geral e a Casa dos Expostos: assistência à infância e transformação dos espaços da Misericórdia carioca (Rio de Janeiro, 1870-1920). **Revista Portuguesa de História** – t. XLVII (2016) – p. 337-358.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

SCHAEFFER, Bruno Marques; MAUCH, Cláudia; PASSOS, Iara Cunha. A Matrícula geral dos Enfermos e o estudo quantitativo e qualitativo da polícia em Porto Alegre (1910-1926). **Anais**. In: V Encontro de Pesquisadores do Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre, 2017, p. 85-100.

SCOTT, Ana Silvia V. História da infância, da família e da juventude: que caminhos percorrer? In: CARDOZO, José Carlos da S; et al. **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2016.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

ZANELLA, Ana Paula. A justiça frente aos delitos de menores em Porto Alegre (1927-1933). In: CARDOZO, José Carlos da S; et al. **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2016.

_____. **O papel do Estado frente à "delinqüência" de menores em Porto Alegre (1927-1933)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.